



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Foram convocadas sessões para os dias 24/05 a 26/05. O Presidente Arthur Lira (PP-AL) anunciou que a sessão de quinta-feira (26/05) terá efeitos administrativos (o parlamentar que não votar terá desconto no salário). A decisão foi tomada por falta de apoio, principalmente dos parlamentares da base do governo, na sessão do dia 19/05, que quase foi encerrada por falta de quórum. Lira anunciou ainda que, para a semana, será priorizado o *tema dos combustíveis*.

- O PL 1070/2021, de iniciativa dos sen. Jaques Wagner (PT-BA), Fabiano Contarato (PT-ES) e Confúcio Moura (MDB-RO), que dispõe sobre a *Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde*, sob a inspiração da CNBB, à luz da Encíclica *Laudato Si'*, teve seu requerimento de urgência aprovado no dia 12/05 e foi incluído na pauta para a apreciação do plenário nesta semana. Está pensado ao PL do Senado, projeto de mesmo teor apresentado pelos dep. Patrus Ananias (PT-MG), Nilto Tatto (PT-SP) e demais.

- O PL 4188/2020, do dep. Cezinha de Madureira (PSD-SP), que dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais ao *livre exercício da crença e dos cultos religiosos*, estabelecidos na Constituição Federal, está na pauta da semana. Além das garantias e dos direitos, há temáticas pensadas ao PL que são polêmicas e deverão gerar grande discussão nos próximos dias. O relator é o dep. Abílio Santana (PSC-BA).

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia - CINDRA

- A CINDRA realizou, no dia 18/05, uma Audiência Pública sobre os dados do *Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. Em 2021, foram registrados 35 assassinatos em conflitos no campo – um aumento de 75% em relação a 2020, quando foram registrados 20 assassinatos. O representante da CPT, padre Josep Plans, afirmou que, para além dos assassinatos, os quilombolas, indígenas e pequenos produtores rurais são vítimas de humilhação, intimidação e ameaça de morte que, quando chega a acontecer, fica sem investigação ou punição. Plans disse ainda que existe a violência patrimonial, quando as casas são queimadas e as plantações destruídas, como forma de os grileiros expulsarem os moradores de um local.

- Aconteceu, também no dia 18/05, uma reunião proposta pela REPAM-Brasil entre o presidente da CINDRA, dep. João Daniel (PT-SE), e outros organismos eclesiais – como as Comissões para a Amazônia, e para a Ecologia Integral e Mineração da CNBB, a Rede Igrejas e Mineração, o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental (OLMA), e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – para tratar sobre as pautas da região amazônica, especialmente sobre as que atingem a região do Marajó e a mineração. Entre os encaminhamentos resultantes da reunião, está o Requerimento 16/2022, do dep. João Daniel ao Sr. Marcos

Montes Cordeiro, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que requer informação sobre os processos de *titulação dos territórios quilombolas no Marajó*.

Comissão externa das queimadas

Aconteceu, na última quinta-feira (19/05), uma reunião da Comissão externa sobre queimadas nos biomas brasileiros. A coordenadora da Comissão, dep. Rosa Neide (PT-MT), afirmou sobre os crimes ambientais que “O atual governo passa sinais invertidos, gerando uma sensação de impunidade e, até mesmo, da falta de proteção ambiental. E não raras vezes é o próprio patrocinador e estimulador da destruição.” Representantes de entidades ligadas à defesa dos direitos dos povos indígenas e quilombolas presentes à audiência reivindicaram que o governo cumpra sua função fiscalizadora e reprima ações consideradas criminosas de garimpeiros e grileiros. Outra reivindicação é de que o Congresso não crie leis em benefício apenas da mineração e do agronegócio, desconsiderando a preservação ambiental, da cultura e da vida dos povos tradicionais.

SENADO FEDERAL

Não há pautas pertinentes ao nosso monitoramento.

CONGRESSO NACIONAL

Foi convocada uma sessão do Congresso Nacional para quinta-feira (26/05), às 14h. Na pauta constam diversos vetos; entre eles: à Lei de Segurança Nacional (14.197/2021), especificamente sobre as Fake News; à Política de incentivo à reciclagem (Lei 14.260/2021), no que tange à transferência de recursos; e à garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (PLP 73/2021), vetado na íntegra.

OUTROS INFORMES

Semana de votação dedicada ao tema da segurança pública

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer dedicar uma semana de junho à votação de projetos de segurança pública, tema caro ao presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) e bom assunto para a campanha eleitoral. Lira pediu ao deputado Aluísio Mendes (PSC-MA), presidente da Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado, que defina com os demais membros do colegiado quais projetos devem ser levados diretamente ao plenário nessa data para votação. Compõem a comissão os dep. Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Daniel Silveira (PTB-RJ) – este último, aliás, é vice-presidente do colegiado. Além de três delegados, um general, dois coronéis, um major, um capitão, um subtenente, um sargento e dois cabos – todos bolsonaristas e defensores da maior resistência penal.

Ministério da Cidadania distribuirá cestas de alimentos à população quilombola

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1087/21, que abre crédito extraordinário de R\$ 167,2 milhões para o Ministério da Cidadania distribuir cestas de alimentos à população quilombola. A MP atende a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) diante de uma ação proposta pela Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e pelos partidos PSB, Psol, PCdoB e PT.